



2014

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	2
1 AÇÕES REALIZADAS	5
1.1 COMPLEXO SOCIAL	5
1.1.1 Lar Com. Cruz Pereira (ERPI) Centro de Dia SAD Bairro Social	6
1.1.2 Centro de Ativ. Tempos Livres (CATL) Comp. Ativ. Animação Apoio à Família (AAAF)	11
1.1.3 Processo de Certificação EQUASS Formação Qualificação Projeto Vidas	15
1.1.4 Empresas de Inserção	17
1.1.5 Mata e Jardins Centro Ambiental e Atividades Várias	17
1.1.6 Projetos de Intervenção Social	19
1.1.6.1 Contrato Local de Desenvolvimento Social	19
1.1.6.2 Rede Local de Intervenção Social (RLIS)	19
1.1.6.3 Outros Projetos de Intervenção Social.....	20
1.1.7 Parcerias e Acordos	21
1.1.8 Secretariado Regional de Coimbra Secretariado Nacional da UMP.....	22
1.1.9 Academia Condessa das Canas - Orfeon Maestro Alves Coelho	23
1.2 COMPLEXO SAÚDE	24
1.2.1 Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados Integrados	24
1.2.2 Hospital Condessa das Canas – Programa Modelar II	27
1.2.3 Clifiargus	28
1.3 COMPLEXO DESPORTIVO E CULTURAL – EDIFICADO	28
2 APRESENTAÇÃO DE CONTAS	32
2.1 Rendimentos	33
2.2 Gastos	35
3 ANÁLISE FACE AOS OBJECTIVOS TRAÇADOS CONCLUSÃO	37

ANEXOS

Balanço

Demonstração de Resultados

Mapa de Controlo do(s) Subsídio(s) para Investimento

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados



NOTA INTRODUTÓRIA

Chegou ao fim mais um ano de atividade da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o qual foi marcado pelas dificuldades resultantes da instabilidade na Europa e que, apesar das notas de alguma recuperação, continua a condicionar a manutenção e sustentabilidade do modelo social europeu.

Foi nesse contexto que a Instituição procurou manter a prestação dos seus serviços à comunidade, sempre numa lógica de gestão racional dos seus recursos, mas sem descuidar as suas obrigações para com os mais vulneráveis.

No entanto, se as condições adversas resultantes da situação económico-social foram por si um fator condicionador da atuação da Misericórdia, também o **cenário de adversidade causado pela instabilidade de alguns órgãos de atuação local no campo da ação social**, representaram forte constrangimento à atividade da Instituição.

Neste último caso destaque para a **exclusão da Misericórdia de Arganil do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS)**, ao arrepio de todo o enquadramento legal que regulamenta esta área de intervenção, com a passividade de várias entidades, privadas e públicas, que não quiseram assumir a defesa da transparência em todo o processo, com as responsabilidades que se impunham.

Tal acontecimento revelou a situação angustiante em que algumas Instituições se encontram, face à **incapacidade para assumirem com frontalidade a defesa de um modelo de atuação local**, onde o papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social é e deve ser o pilar da ação social, reduzindo-se atualmente a uma dependência do poder local.

Outro dado marcante no ano que findou para a vida da Instituição, foi a conclusão do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) – *Uma via para o desenvolvimento sustentado*, que durante três anos implementou uma verdadeira rede de parcerias locais.

Neste caso de frisar que, e apesar do relatório final de execução ter sido devidamente aprovado pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS), com o parecer positivo do respetivo executivo municipal, ainda se aguarda a transferência das verbas finais, o que revela o



permanente **esforço financeiro da Instituição na sustentabilidade dos projetos locais de intervenção comunitária.**

Também temos que destacar o incremento do Programa de Emergência Social (PES), no caso em apreço traduzido no recurso às designadas Cantinas Sociais, do qual a Misericórdia é responsável pela sua dinamização no concelho de Arganil.

De salientar que parte significativa das verbas transferidas pela Segurança Social, no âmbito deste programa **foram encaminhadas para outras instituições locais**, com as quais a Misericórdia celebrou acordos de parceria, tendo em vista efetivar as Cantinas Sociais em todo o território concelhio. Prova da sempre presente lógica de colaboração com outras entidades.

No que se refere a outra área de atuação da Misericórdia, neste caso no âmbito do património edificado, a principal preocupação continuou a ser a questão do Teatro Alves Coelho, o qual se manteve **sem qualquer intervenção por parte da Câmara Municipal**, em contraponto ao estabelecido em acordo celebrado por meio de escritura Pública de constituição de direito de superfície em 20 de Dezembro de 2008.

Esse facto **obrigou a Mesa Administrativa, por unanimidade, a diligenciar no sentido de fazer cumprir os termos constantes da referida escritura pública**, termos estes definidos pela própria Assembleia Geral da Misericórdia em 31 de março de 2008.

Não obstante os inúmeros constrangimentos que ao longo do ano transato se levantaram à atividade da Misericórdia, não pode deixar de ser recordada **a atribuição do projeto piloto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) a esta Instituição**, sendo um dos doze projetos experimentais concretizados para o território nacional.

Também a **atribuição do prémio BPI-Seniores**, tendo em vista a instalação de uma sala de snoezelen, foi um dos momentos de reconhecimento que não pode deixar de ser inscrito no presente relatório de atividades, **bem como o prémio António Sérgio.**

A continuidade do processo de implementação de sistema de gestão da qualidade (EQUASS) foi uma realidade, tendo sido alargado o âmbito da sua instalação à Unidade de Cuidados Continuados, o que justificou o alargamento do período de instalação do referido sistema.

Por outro lado, e apesar do fim do projeto CLDS, como já foi referido, o que implicou a saída de alguns profissionais, a Instituição conseguiu a **manutenção do volume de empregabilidade**, através de uma política de racionalização dos seus recursos humanos, ao mesmo tempo que



assimilou algumas das competências presentes no referido projeto, designadamente através da **melhoria de respostas como o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** que passou a contar com cuidados de saúde ao domicílio.

No campo da manutenção do volume de empregabilidade, não podemos esquecer os esforços realizados pela Instituição para a continuidade das Empresas de Inserção (EI), o que contribuiu para atenuar as situações de exclusão social, embora se tenha conhecimento, à data da elaboração do presente relatório, que esta medida de emprego protegido **foi extinta já em Janeiro de 2015**.

Para além da sua atividade local marcada pelas diversas parcerias, a Misericórdia deu continuidade à sua colaboração com o Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, nomeadamente no **processo de revisão dos respetivos estatutos, tendo acolhido um dos encontros decisivos para este processo**.

Também ao nível do Secretariado Regional a colaboração técnica foi mantida, tendo a Misericórdia **disponibilizado a respetiva assessoria**, assim como a articulação com diversas Santas Casas, designadamente ao nível da identificação dos projetos prioritários para as Misericórdias do Distrito de Coimbra, no âmbito da estratégia 20-20.

Sobre esta matéria a Misericórdia de Arganil manteve a sua pretensão de enquadrar alguns dos seus projetos mais emblemáticos, como são o caso da recuperação do antigo hospital e mesmo do Teatro Alves Coelho, se possível, no âmbito do novo quadro comunitário.

Outro aspeto importante, prendeu-se com o **início do projeto “Vidas”** da responsabilidade da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), o qual é vocacionado para as demências e que visa preparar a Instituição para uma realidade cada vez mais presente no dia-a-dia da resposta de lar (ERPI).

O ano de 2014 ficou ainda marcado pela **realização das eleições para o mandato 2015-2018**, ao abrigo do novo quadro legal para as Instituições de Solidariedade, e que culminou com a tomada de posse que contou com a **presença de Sua Excelência Reverendíssima D. Virgílio Antunes, o Presidente do Secretariado Regional de Coimbra, Dr. Rui Rato, bem como inúmeros Provedores em representação de várias Santas Casas**, que não quiseram deixar de marcar a sua presença.



Deste modo, o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2014 encontra-se estruturado da seguinte forma:

- 1. Ações Realizadas;**
- 2. Apresentação das Contas;**
- 3. Análise face aos objetivos traçados e Conclusão;**

Anexos – documentação vária (balancetes | Declaração TOC | Parecer Conselho Fiscal)

Terminado este introito que serve, resumidamente, para destacar alguns aspetos que marcaram o ano transato, é colocado à devida apreciação junto dos irmãos da Misericórdia o presente documento tendo em vista proceder à respetiva deliberação.

Contudo, não devem deixar de ser realçados os enormes esforços que os diversos órgãos sociais realizaram, Mesa Administrativa, Definitório e Mesa da Assembleia Geral, tendo em vista a concretização dos objetivos a que a Instituição se propôs efetivar, tendo em conta os constrangimentos decorrentes do cenário de crise que ainda se manifestou e manifestará.

1 | AÇÕES REALIZADAS

Ao longo dos anos, a Misericórdia tem mantido a prática de proceder à realização do respetivo Relatório de Atividades tendo como ponto de partida o Plano previamente gizado para o ano em causa, no qual são apresentados os recursos existentes e programados, assim como as metas que se pretendem alcançar.

Ora, o presente documento não difere dessa metodologia de trabalho, pelo que o relatório de Atividades e Contas em apreço, apresenta a execução realizada nas diferentes respostas sociais da Instituição e projetos existentes e desenvolvidos em prol da comunidade.

Nesse sentido, a estrutura de atuação da Instituição continua organizada em redor de três áreas de ação: Complexo Social, Complexo de Saúde e Complexo Desportivo e Cultural.

1.1 | COMPLEXO SOCIAL



Tendo em vista uma efetiva resposta à comunidade, assim como uma adequada eficácia dos meios existentes, a Misericórdia estruturou e enquadrou as suas respostas sociais de acordo com a natureza das mesmas, conforme atrás descrito.

Deste modo, o designado Complexo Social integra os equipamentos e valências correspondentes à área da Segurança Social, ou que resultam de acordos e protocolos preponderantemente celebrados com o Ministério da Solidariedade Trabalho e Segurança Social (MSTSS).

Assim, o presente Complexo incorpora os recursos afetos aos seguintes equipamentos e valências: Estrutura Residencial para idosos (ERPI), Centro de Dia Sede e Secarias (CD), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Bairro Social.

Acrescem ainda ao funcionamento deste Complexo os vários projetos de intervenção comunitária, designadamente o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) no âmbito da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), o Programa de Emergência Social (PES) por intermédio das Cantinas Sociais, o Fundo Europeu de Ajuda a Carenciados (FEAC), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Rendimento Social de Inserção (RSI – atividades socialmente úteis) e a participação no Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Integrado de igual modo neste Complexo estão a Academia Condessa das Canas, com especial destaque para o Orfeon Maestro Alves Coelho, bem como a Mata das Misericórdias e os jardins envolventes à Instituição.

Todos estes recursos sinalizados são essenciais ao desenvolvimento normal das atividades da Instituição, assim como à ocupação diária dos respetivos utentes, ao mesmo tempo que são promotores do bem estar e lazer junto da comunidade local.

1.1.1 Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia | Serviço de Apoio Domiciliário | Bairro Social

➤ Requalificação e Remodelação de espaços;

Ao longo dos últimos anos, a Misericórdia tem manifestado uma preocupação permanente na requalificação dos seus espaços, tendo em vista a melhoria das condições de prestação dos serviços junto dos seus utentes.



Tendo em conta o cenário de constrangimento económico que tem marcado os últimos anos, a Instituição tem procurado realizar melhorias de acordo com a sua capacidade, de modo gradual e sustentado.

Assim, foi possível a realização de intervenções ao nível da melhoria e adaptação de casas de banho, gabinetes, quartos e no próprio Bairro Social.

Neste último exemplo, várias habitações foram intervencionadas o que possibilitou a atualização de rendas e a celebração de novos contratos, acompanhada de novos inquilinos.

De realçar que em 2014 foi dado início aos trabalhos destinados à entrada em funcionamento do gabinete de atendimento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) no âmbito da Rede Local de Intervenção Social (RLIS).

A substituição dos telhados não foi ainda possível, tendo tal operação transitado para 2015.

- **Continuidade na implementação do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas;**

À semelhança de anos anteriores a Misericórdia deu continuidade ao trabalho de operacionalização do Protocolo de Cooperação celebrado entre o MSTSS e a UMP, neste caso referente ao período 2013-2014, facto que possibilitou manter o equilíbrio entre a necessidade de sustentabilidade da Instituição, sem esquecer a manutenção do apoio aos mais desprotegidos.

- **Manutenção dos níveis de frequência nas respostas de apoio à população idosa e reforço da componente de serviços ao domicílio;**

Outra das preocupações da Instituição ao longo do ano transato prendeu-se com a preocupação na manutenção dos níveis de frequência nas várias respostas sociais, designadamente no âmbito de atuação junto dos mais velhos.

Este objetivo foi concretizado, na medida em que a resposta social de ERPI acolheu 127 cidadãos, dos quais 95 integrados em acordo de cooperação com o CDSS-Coimbra, ou seja 75%.

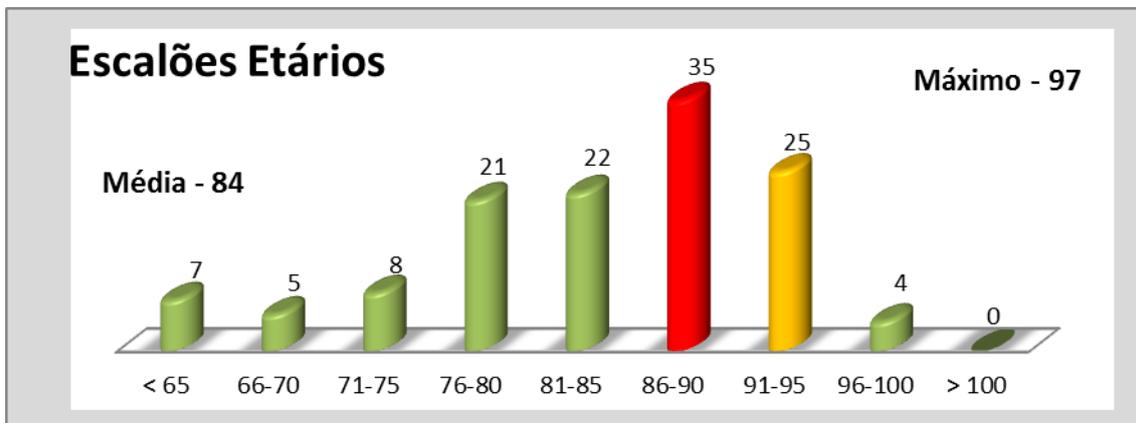


Gráfico 1: Média de idades e escalões etários em ERPI

A este propósito referir que 69% dos beneficiários desta resposta são do sexo feminino e 31% do sexo masculino, sendo que a média de idades obtida foi de 84 anos, enquanto que o escalão etário de maior predominância situa-se entre os 86-90 anos, com 28% do total dos residentes.

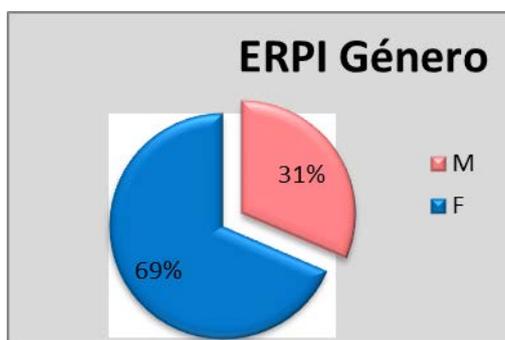


Gráfico 2: distribuição por género dos residentes na ERPI

De referir ainda, que no final de 2014 o cidadão mais velho tinha 97 anos, já os residentes com dependência ocupavam uma percentagem de 28% (36), sendo grandes dependentes 6% (7) do total.

Contudo, apenas 35% (44) eram utentes autónomos, enquanto que 31% (40) apresentavam algum grau de dependência, ou seja, eram parcialmente dependentes.

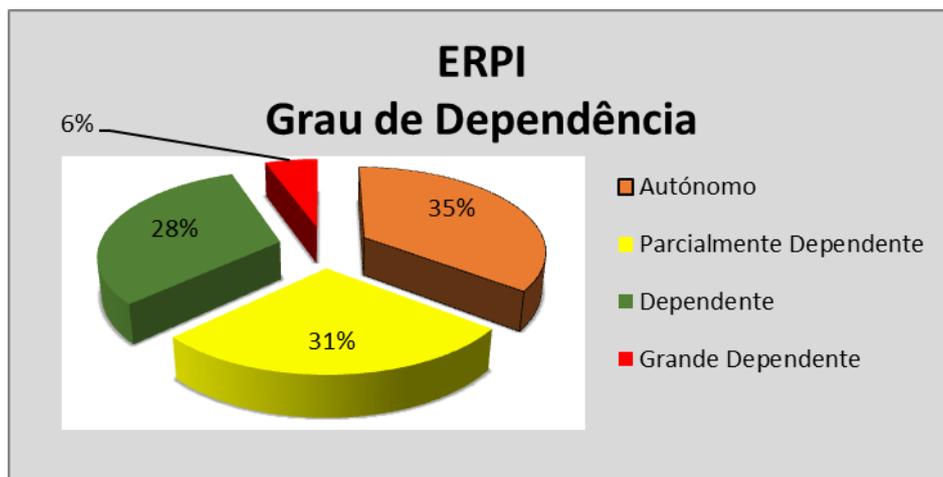


Gráfico 3: Classificação conforme grau de dependência dos residentes em ERPI

Em suma, pelo menos 65% do total da população residente apresenta-se como sendo dependente, ou portador de algum grau de dependência.

Em relação à resposta de Centro de Dia, quer na sede, quer no Centro de Dia de Secarias, verificou-se que houve o crescimento dos índices de frequência desta estrutura, mercê da rede de transportes que a Instituição tem em funcionamento.

Assim, a média de frequência nesta resposta na sede foi de 37 beneficiários, enquanto que em Secarias o valor apresentado foi de 9 elementos.

Podemos referir que a média de idades de frequência destas respostas foi de 80 anos, sendo a maioria dos seus utilizadores do género feminino, neste caso 69% (média ponderada entre as duas estruturas), enquanto os restantes 31% são do género masculino.

Realçar ainda, que 81% dos que recorrem a esta estrutura sinalizaram em primeiro lugar como justificação a necessidade de ocupar os seus tempos livres, com acesso a serviços que lhes possibilitassem melhorar a sua qualidade de vida, designadamente cuidados de saúde, transporte, animação, entre outros.

Salientar que o Centro de Dia Sede funciona todos os dias da semana, com um horário prolongado incluindo Jantar.

Quanto ao Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), os índices de frequência atingiram os 33 cidadãos, dos quais 52% são do género feminino e 48% do género masculino, aqui verifica-se um maior equilíbrio em relação à distribuição por género.

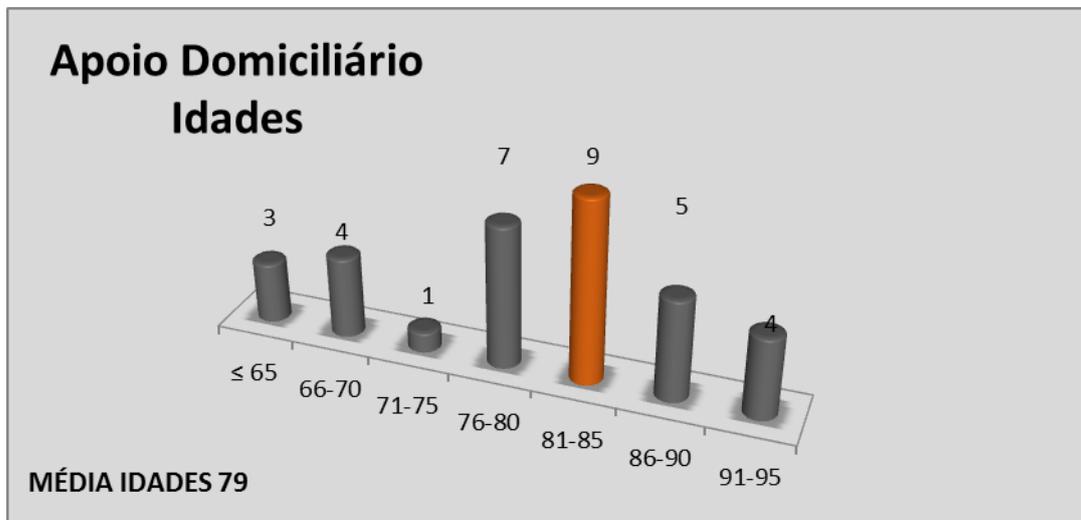


Gráfico 4: Distribuição Faixas etárias SAD

De realçar o crescimento do número de cidadãos apoiados nesta resposta, ultrapassando os 25 elementos em acordo, crescimento justificado pelo leque de serviços prestados.

A este propósito referir que para além desta resposta social funcionar todos os dias da semana, incluindo os fins-de-semana, passou também a assegurar cuidados de saúde ao domicílio, através da aquisição e assimilação das competências desenvolvidas até Maio de 2014 pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), bem como o serviço de teleassistência.

A este propósito destacar o impacto da equipa de enfermagem, o que originou uma procura significativa de vários cidadãos, incluindo de outras freguesias limítrofes quer à sede do Concelho, Arganil, quer às freguesias de Secarias e Celavisa onde esta resposta está implementada.

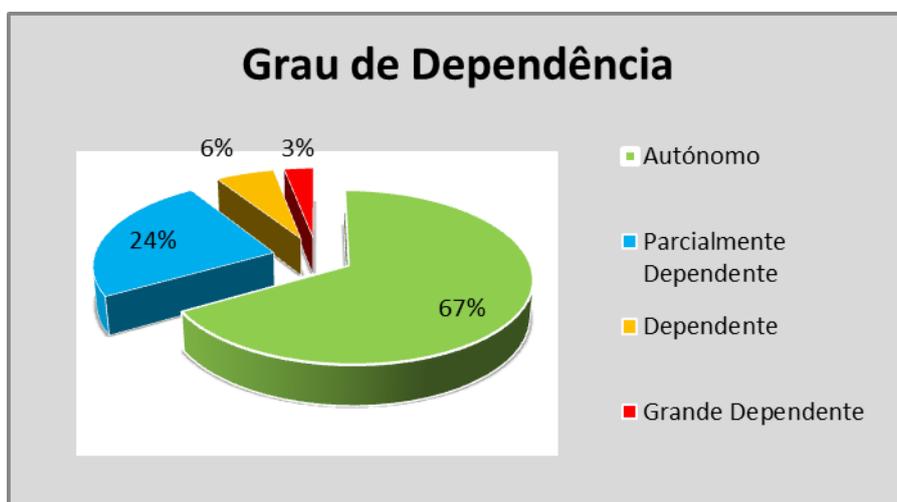




Gráfico 5: Distribuição por grau de dependência

Outro aspeto curioso a referir prende-se com o grau de autonomia patente nos beneficiários deste serviço. Neste caso, verifica-se que apesar da maioria dos utilizadores serem autónomos (67%), o número de utilizadores com dependência representa já 33%, dos quais 3% são grandes dependentes.

Esta situação vem ao encontro da aposta realizada pela Instituição de **retardar a institucionalização dos utentes**, mantendo-os desta forma o mais tempo possível junto das comunidades e respetivas famílias.

➤ **Desenvolvimento de um vasto leque de Atividades Lúdicas e de ocupação;**

Neste ponto deve ser realçado que a Instituição promoveu e realizou um vasto leque de atividades ao longo do ano, atividades estas diversificadas e destinadas não só aos utentes de todas as respostas sociais, incluindo-se aqui o Complexo Social e o Complexo saúde, como a própria comunidade.

Sem prejuízo da leitura de relatórios específicos das respetivas valências da instituição apresenta-se, a título de exemplo, tabela com algumas das atividades realizadas.

Resumo de algumas atividades realizadas

Descrição da Atividade	Data
Cantar dos Reis	06-01-2014
Orfeon Maestro Alves Coelho - Concerto de Ano Novo e de Reis	12-01-2014
Dia do Amor	14-02-2014
Comemoração do Carnaval	03-03-2014
Presença na XXI Feira do Livro	19-03-2014
Comemoração da chegada da Primavera e do Dia Mundial da Árvore	27-03-2014
Irmãos homenageados na Mata das Misericórdias	28-03-2014
Workshop: Vários - "Psicologia do Luto"; "A Hidratação na Alimentação"	ao longo do ano
Santa Páscoa 2014	15-04-2014
Matiné Dançante Sénior	29-04-2014
Presença na Recriação do espetáculo "Paris, a Cidade da Luz"	02-05-2014
III Encontro(s) - Cidadania e Responsabilidade Socio ambiental	10-05-2014
VI Feira Medieval Manuelina	23-05-2014



Animação com o CATL da Cáritas de Coimbra	18-06-2014
Festividades em honra de Santa Isabel	06-07-2014
Atividades de verão – Hidroginástica; Passeios	Julho Agosto
Mata das Misericórdias recebe encontro interinstitucional	17-07-2014
Missa celebrada pelo neossacerdote Manuel Vaz Pato	18-07-2014
Participação na XXXIII Ficabeira e Feira do Mont'Alto	05-09-2014
Dia Internacional do Idoso	01-10-2014
Arranque Projeto Vidas (demências)	27-10-2014
Dia de S. Martinho	14-11-2014
Festa de Natal	18-12-2014

Tabela 1: Síntese atividades realizadas

1.1.2 Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) | Componente de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)

O apoio à infância e juventude, em termos de respostas sociais, continua a ser desenvolvido através do Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) que funciona no edifício D. Arminda Sanches sito no perímetro da EB1 de Arganil.

Este equipamento manteve, ao longo do ano transato, uma frequência de 60 crianças no período letivo 2013-2014, conforme o estabelecido em acordo de Cooperação com o CDSS-Coimbra, sendo que nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, apresentou uma ligeira quebra nas inscrições, encerrando o ano com uma média de frequência de 58 crianças.

Esta redução, apesar de pouco significativa, não é alheia à redução do número de crianças na EB1 de Arganil, em linha com a diminuição da população no concelho, conforme os últimos censos realizados indicam. Contudo, há a destacar a manutenção global do número de inscritos que tem sido assegurada pela diversidade de serviços prestados.

A esse propósito destacou-se a manutenção em **funcionamento a sala multidisciplinar de apoio às crianças do CATL e das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)**, mas de igual modo a outras crianças do Agrupamento de Escolas de Arganil, com destaque para a intervenção no âmbito da Terapia da Fala e do acompanhamento psicológico.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



Sobre a componente de **Terapia da Fala** foram apoiadas **22 crianças**, das quais 3 delas pertencem às escolas de S. Martinho (1) e Pomares (2), conforme tabela que se apresenta.

	Criança	Data de Nascimento	Professor(a) Educador (a)	Diagnóstico de TF	Observações
Pré-Escolar	1	25/09/2008	Educadora M ^a João	- Perturbação Articulatoria e Fonológica	Alta terapêutica 02/2014
	2	10/06/2009	Educadora Graça	- Perturbação Articulatoria.	Alta terapêutica 06/2014
	3	16/02/2010	Educadora Emília	- Perturbação Articulatoria.	Alta terapêutica 10/2014
	4	10/04/2010	Educadora Emília	- Atraso no Desenvolvimento da Linguagem Moderado; - Perturbação Articulatoria.	Iniciou TF em 04/2014. Mantem TF.
	5	16/07/2009	Educadora M ^a João	- Atraso no Desenvolvimento da Linguagem Moderado; - Perturbação Fonológica	Iniciou TF em 12/2013, vocabulário escasso. Mantem TF.
	6	06/06/2009	Educadora M ^a João	- Perturbação Articulatoria.	Iniciou 05/11/2014. Mantem TF.
Ensino Primário	7	10/10/2006	2º Ano – Professora Isabel Bernardes	- Perturbação Articulatoria e Fonológica; - Perturbação da Leitura e Escrita.	Alta a pedido 01/2014
	8	24/03/2006	2º Ano - Professora Eugénia	- Atraso no Desenvolvimento da Linguagem Ligeiro; - Perturbação da Leitura e Escrita	Alta terapêutica 03/2014
	9	05/12/2006	2º Ano - Professora Eugénia	- Perturbação da Leitura e Escrita	Alta terapêutica 02/2014
	10	11/08/2007	1º Ano - Professor Ramiro	- Atraso no Desenvolvimento da Linguagem Ligeiro; - Perturbação Fonológica	Alta terapêutica 02/2014

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



11	09/02/2006	2º Ano - Professora Isabel Bernardes	- Perturbação Fonológica; - Perturbação da Leitura e Escrita.	Alta terapêutica 06/2014
12	15/09/2006	2º Ano - Professora Eugénia	- Perturbação Articatória e Fonológica; - Perturbação da Leitura e Escrita.	Alta terapêutica 08/2014
13	05/11/2008	1º Ano - Professora Isabel	- Perturbação Articatória.	Alta terapêutica 12/2014
14	10/06/2005	3º Ano - Professora Maria Emília	- Perturbação da Leitura e Escrita.	Alta terapêutica 11/2014
15	05/11/2008	1º Ano - Professora Isabel	- Atraso no Desenvolvimento da Linguagem Ligeiro; - Perturbação Articatória.	Iniciou 09/2012. Mantem TF.
16	14/07/2007	2º Ano - Professor Ramiro	- Atraso no Desenvolvimento da Linguagem Moderado; - Perturbação Articatória; - Perturbação da Leitura e Escrita	Iniciou 05/07/2014. Mantem TF.
17	22/11/2006	3º Ano - Professora Isabel Bernardes	- Perturbação Articatória e Fonológica; - Perturbação da Leitura e Escrita	Iniciou 11/04/2014. Mantem TF.
18	19/02/2007	2º Ano - Professor Ramiro	- Perturbação Articatória; - Perturbação da Leitura e Escrita	Iniciou 11/2012. Mantem TF.
19	20/12/2005	2º Ano - Professora Manuela	- Atraso no Desenvolvimento da Linguagem Moderado; - Perturbação da Leitura e Escrita.	Iniciou 11/04/2014. Mantem TF.

Tabela 2: Crianças apoiadas Sala Multidisciplinar JI e 1º Ciclo | Arganil

Criança	Data de Nascimento	Professor(a) Educador (a)	Diagnóstico de TF	Observações
---------	--------------------	------------------------------	-------------------	-------------



ATL Outras escolas	20	13/02/2010	Pré-Escolar – JI/ EB1 de S. Martinho	- Perturbação Articulatoria e Fonológica;	Iniciou 09/07/2014. Mantem TF.
	21	27/10/2008	1º Ano – JI/ EB1 de Pomares	- Perturbação Articulatoria e Fonológica;	Iniciou 18/01/2014. Mantem TF
	22	14/07/2006	2º Ano – JI/ EB1 de Pomares	- Perturbação Articulatoria e Fonológica; - Perturbação da Leitura e Escrita	Iniciou 09/05/2014. Mantem TF

Tabela 3: Crianças apoiadas pela Sala Multidisciplinar JI e 1º Ciclo | Outras Escolas

De referir ainda, que no âmbito da Terapia da Fala a Instituição, por via da Clifiargus prestou acompanhamento a mais 5 crianças, referenciadas pelos respetivos médicos de família, nas quais se incluíram crianças do Sarzedo, Pomares, Arganil e Gois.

No campo do acompanhamento psicológico **foram acompanhadas 12 crianças**, dos quais 2 integram o Jardim de Infância, enquanto 10 pertencem ao ensino primário da EB1 de Arganil. Foram ainda apoiados 2 jovens do 7º ano no âmbito da sala multidisciplinar.

Foi também possível **manter a componente do ensino de música** no leque de atividades promovidas junto das crianças do Jardim de Infância de Arganil, neste caso decorrente do protocolo celebrado com a autarquia tendo em conta as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

Nesta resposta a média de frequência ao longo de 2014 foi de praticamente **31 crianças**.

No campo das participações a Instituição assumiu a implementação dos valores previstos no regulamento municipal, tendo em vista uniformizar com os outros estabelecimentos da rede pública os montantes de participação familiar, isto no caso das AAAF.

No CATL manteve-se a aplicação dos normativos previstos pela Segurança Social, sendo que os valores nos três últimos escalões **foram congelados tendo como referência o ano letivo 2008-2009, facto que contribuiu para atenuar as dificuldades de muitas famílias**.



Data	Tema	Entidade	Local	Duração	n.º
------	------	----------	-------	---------	-----

1.1.3 Processo de Certificação EQUASS | Formação Qualificação | Projeto Vidas

Apesar de ter sido preconizado no Plano de Atividades para 2014 o término do projeto de certificação EQUASS, tal não se veio a verificar uma vez que, e em face do andamento dos trabalhos, **procedeu-se ao alargamento da área de intervenção deste à unidade de cuidados continuados.**

Essa ampliação da abrangência do projeto destinado à implementação de um sistema de gestão da qualidade, conduziu a que este projeto **tivesse continuidade em 2015**, não tendo sido realizada a auditoria final no ano transato como inicialmente previsto.

Esta opção destinou-se a valorizar ainda mais o conjunto da Misericórdia ampliando, desta forma, o leque de serviços a qualificar, assim como o número de colaboradores abrangidos.

Associado a este projeto realizaram-se um conjunto de ações de formação, tendo como enfoque a preparação dos vários setores da Instituição para a questão da qualidade.

O ano de 2014 ficou ainda marcado pelo **arranque do projeto Vidas**, promovido pela UMP e destinado à qualificação dos serviços das Misericórdias selecionadas, para trabalhar no campo das demências.

Assim, e apesar de inicialmente o arranque deste projeto ter prevista a sua operacionalização apenas em 2015, foi possível, no final de 2014, ser elaborado o levantamento / confirmação do número de utentes que sofrem destas patologias, assim como a constituição da equipa e o arranque da formação destinada a técnicos e pessoal auxiliar, a par da identificação dos espaços destinados à colocação preferencial dos utentes em causa, bem como a delimitação de áreas de circulação e atividade para os mesmos.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



Ano 2014	Referencial EQUASS Assurance	UMP	Arganil	104h	13
25/01/2014	"Gestão de Recursos Humanos"	UMP	Fátima	8h	3
13/02/2014	PNL	EAPN	Coimbra	8h	1
17/02/2014	"Ética e Boas Práticas na intervenção Social"	UMP	Fátima	8h	2
20/02/2014	PNL	EAPN	Coimbra	8h	1
27/02/2014	PNL	EAPN	Coimbra	8h	1
14 e 15/03/2014	V Fórum Ibérico de Úlceras e Feridas	ELCOS	Coimbra	14h	5
25/03/2014	"Marca Misericórdia"	UMP	Vila do Conde	4h	2
28/03/2014	Workshop Psicologia do Luto "Olhar o Luto"	ACREDITAR	Arganil	4h	24
10/04/2014	Formação em Microsoft Excel	CLDS	Arganil	6h	12
15/04/2014	Seminário EQUASS Assurance	UMP	Fátima	8h	2
30/06 e 01/07/2014	Geriatría e Gerontologia	ARS Centro	Coimbra	14h	4
08/07/2014	"Os Maus Tratos na Infância e Juventude"	CPCJ	Arganil	7h	2
05/09/2014	Seminário "Projeto Vidas – Valorização e Inovação em Demências"	UMP	Fátima	8h	3
12 e 13/09/2014	Cuidados Paliativos – Técnicas de Controlo de Sintomas	UMP	Mangualde	14h	3
15 a 17/09/2014	Reconstrução de saberes em Cuidados Continuados	ARS Centro	Coimbra	21h	2
Outubro	Cuidados na Hidratação	Terapeuta da Fala	Arganil	6h	24
10/11/2014	Ação de formação RLIS	ISS,IP.	Coimbra, ISS	3h	5
17/10/2014	Os CLDS: perspetivas para a inclusão social	ADIBER/CLDS Góis	Góis	7h	2
11 a 14/11/2014	Formação ASIP	ISS,IP.	E-learning	6h	4
14/11/2014	Projeto Vidas – "Estratégias de Intervenção em Demências"	UMP	Arganil	8h	20
15/11/2014	Projeto Vidas – "Estratégias de Intervenção em Demências"	UMP	Arganil	8h	20
27/11/2014	Projeto Vidas – "Estratégias de Intervenção em Demências"	UMP	Pombal	8h	4
28/11/2014	Projeto Vidas – "Estratégias de Intervenção em Demências"	UMP	Pombal	8h	4
29/11/2014	Projeto Vidas – "Estratégias de Intervenção em Demências"	UMP	Pombal	8h	3
03 a 05/12/2014	Formação RLIS	ISS,IP.	Lisboa	21h	4



04/12/2014	Projeto Vidas – “Estratégias de Intervenção Comunitárias”	UMP	Fátima	8h	4
05/12/2014	Projeto Vidas – “Estratégias de Intervenção Comunitárias”	UMP	Fátima	8h	4
06/12/2014	Projeto Vidas – “Estratégias de Intervenção Comunitárias”	UMP	Fátima	8h	4
11/12/2014	“Intervenção multisensorial em ambiente snoezelen”	S.C.M. Trofa	Trofa	8h	3
TOTAL HORAS					359

Tabela 4: Resumo Ações Formação

1.1.4 Empresas de Inserção

Aquando da elaboração e aprovação do Plano de Atividades para 2014 não havia ainda resposta ao pedido de continuidade efetuado junto dos serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP,IP).

Tal facto aconselhou a que o orçamento fosse gizado tendo em conta o cenário de não continuidade desta medida de emprego, o que significava a extinção de 15 postos de trabalho distribuídos por 3 áreas: agricultura biológica, lavandaria e limpezas, floricultura e jardinagem.

Contudo, o pior cenário não se veio a verificar, tendo sido **possível a continuidade deste programa o que possibilitou a manutenção do volume de emprego** afeto às empresas de inserção.

De referir ainda, que a Instituição manteve deste modo não só o seu contributo no combate ao desemprego mais marginal existente no concelho, como de igual modo assegurou a continuidade da prestação de um conjunto de serviços à comunidade, quer ao nível de serviços de manutenção, quer ao nível de serviços de limpeza.

1.1.5 Mata e Jardins | Centro Ambiental e Atividades Várias

Dando continuidade à preocupação com a preservação ambiental, a Instituição manteve a sua intervenção na Mata das Misericórdias, assim como no embelezamento dos espaços envolventes à Misericórdia.



Para tal assegurou a abertura e manutenção de ruas pedonais, assim como de novos largos e espaços de lazer, sem esquecer a continuação da reflorestação e colocação e renovação da vedação com madeira da própria Mata.

A par dessa preocupação várias iniciativas foram realizadas, designadamente o **descerramento das placas de homenagem aos irmãos falecidos Joaquim Fernandes e Francisco Cruz**, que contou com a presença dos respetivos familiares e representantes de diversas entidades locais.

Também a **homenagem ao Professor Doutor Jorge Paiva** foi outro momento marcante não só para a vida da Instituição como de igual modo na valorização dos espaços naturais da Misericórdia, tendo esta homenagem associado a realização da **III edição dos Encontros Responsabilidade Sócio ambiental**.

Outro momento alto associado aos espaços naturais foi a realização das festividades de St.^a Isabel, **cujo tradicional almoço e momento de confraternização** foi acolhido na Mata das Misericórdias.

Outras iniciativas foram realizadas, com a presença de outras entidades ou em colaboração com as mesmas, nomeadamente o Agrupamento de Escolas de Arganil que utilizou o espaço para a realização do seu corta-mato, os escuteiros que aí realizaram alguns encontros, sem esquecer a utilização realizada pela APPACDM, núcleo de Arganil, para realizar os seus passeios ou mesmo a Cáritas que no Verão realizou o encontro de alguns dos seus CATL(s).

Também o Bongalow continuou a ser uma referência dos espaços naturais da Misericórdia, tendo acolhido, de modo informal alguns pesquisadores e, noutros casos, **permitiu acudir a situações de alojamento de emergência pontual e transitória**, quer a peregrinos, quer a situações de emergência social.

Em suma, a Mata tem sido um cartão de visitas da Instituição, do concelho e da região, tendo sido visitada por alguns milhares de cidadãos que não querem deixar de conhecer este espaço cada vez mais valorizado e reconhecido.



1.1.6 Projetos de Intervenção Social

1.1.6.1 Contrato Local de desenvolvimento Social

Neste item há a destacar o fim do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) que ocorreu em 2 de Maio de 2014.

Ao longo dos últimos três anos este projeto assegurou uma rede de parcerias efetiva no concelho de Arganil, tendo **prestando apoio direto a cerca de 150 beneficiários**, designadamente idosos, com destaque para a ação com a designação de Centro Multidisciplinar de Atendimento Permanente (CMAP), a qual assegurava não só teleassistência, como serviços de saúde ao domicílio.

De referir que o impacto desta ação foi reconhecido a nível nacional, já em 2015, **pela atribuição de prémio na categoria Sustentabilidade e Inovação promovido pela Cooperativa António Sérgio (CASES).**

Ainda sobre este projeto e à data em que é elaborado o presente documento, o Instituto da Segurança Social (ISS,IP) **ainda não tinha procedido ao pagamento final** e que neste momento atinge o montante de vinte e quatro mil quatrocentos e quarente e cinco euros e trinta cêntimos (24.445,30€), apesar do respetivo relatório final ter sido devidamente aprovado pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) em 19 de Maio do mesmo ano e obtido parecer positivo pelo executivo municipal no dia 20 do mesmo mês.

Também aqui há a destacar o esforço da Instituição para que a comunidade de Arganil possa beneficiar de projetos desta natureza, tendo a Misericórdia, à semelhança de outras iniciativas, assegurado os adiantamentos financeiros necessários à sua efetivação.

1.1.6.2 Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

Terminado o CLDS e tendo em conta as preocupações da Misericórdia, esta não deixou de procurar novas formas de atuação junto dos mais vulneráveis, foi nesse sentido que a Instituição, desde pelo menos 2013, procurou sensibilizar as entidades competentes, por intermédio da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) para a necessidade de serem agilizados mecanismos de intervenção capazes de privilegiar a proximidade às populações e o conhecimento das diferentes realidades locais.



Assim, e após a criação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) em 24 de Setembro de 2013, e a sua regulamentação em 18 de Setembro de 2014, a Misericórdia apresentou candidatura ao programa Operacional Potencial Humano (POPH) em 6 de Novembro de 2014, **tendo sido um dos 12 projetos piloto selecionados a nível nacional, daí resultando a celebração de protocolo com o Instituto da Segurança Social (ISS,IP) visando a implementação desta nova forma de atuação no âmbito da ação social.**

Neste caso, e em particular o ano de 2014, ficou marcado pela apresentação e aprovação da candidatura da Misericórdia, a criação do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) no âmbito da RLIS e a constituição / formação da equipa do projeto, o que originou 3 novos postos de trabalho, numa equipa composta por 5 técnicos.

No âmbito deste projeto foi ainda celebrado um acordo de parceria com a Câmara Municipal de Arganil e o Centro Paroquial de Coja, tendo em vista a colaboração destas duas entidades nesta iniciativa, esperando-se, após a fase piloto, o alargamento a outras Instituições de Solidariedade Social, sem prejuízo de se procurar estreitar novas parcerias.

Atualmente o SAAS tem dois gabinetes de atendimento em funcionamento; em Arganil que funciona como sede e em Coja que funciona como espaço descentralizado, ao mesmo tempo que assegura visitas domiciliárias e atendimentos em outros locais não formalizados, tendo em vista aproximar os cidadãos dos serviços e descentralizar competências.

1.1.6.3 Outros Projetos de Intervenção Social

Ao nível de outros projetos a Instituição mantém a **colaboração ao nível do Rendimento Social de Inserção (RSI)**, não só por intermédio do próprio SAAS da RLIS, mas de igual modo por meio do acolhimento de beneficiários desta medida no âmbito do protocolo celebrado com o CDSS-Coimbra para o desenvolvimento de atividades socialmente úteis. Neste caso passaram pela Instituição 6 cidadãos ao longo do ano transato.

Também o Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC), medida que veio substituir o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PAAAC), permitiu que a Misericórdia tivesse apoiado diretamente 19 agregados familiares.

No que concerne ao Programa das Cantinas Sociais o ano de 2014 ficou marcado **pelo alargamento do número de refeições servidas diariamente, passando de 65 para 75**, assim



como o leque de instituições parceiras locais envolvidas e que receberam um total 20.170,00€, o que significou também um aumento das verbas transferidas pelo CDSS-Coimbra.

De realçar que apesar do crescimento do número de refeições protocoladas, a Instituição assegura, diariamente, um número superior às 75, sem que por isso receba qualquer complemento adicional por parte do Estado.

No âmbito do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e apesar da situação de exclusão do Núcleo Executivo dessa estrutura local, a Instituição continua a **manter a sua parceria e colaboração, como aliás é seu apanágio**, à semelhança do que sucede no âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) para a qual disponibilizou 3 técnicos, para além de apoio logístico, designadamente transporte de crianças e cidadãos para acolhimento institucional.

1.1.7 Parcerias e Acordos

Ao longo da existência da Misericórdia o trabalho em parceria tem sido uma constante, pois esta é uma Instituição virada para a comunidade, colocando ao dispor da mesma os recursos de que dispõe, para além da colaboração com os próprios organismos do Estado

Deste modo, localmente várias têm sido as instituições que ao longo dos anos se têm socorrido da colaboração da Santa Casa para realizarem os seus próprios objetivos e fins, nomeadamente: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Confraria Gastronómica do Bucho, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

Nesse sentido a Instituição, de acordo com as suas possibilidades, tem colocado ao dispor várias estruturas, serviços e equipamentos como são o caso:

- Campo Dr. Eduardo Ralha
- Salão Nobre do Complexo Social;
- Pavilhão do Paço Grande
- Forno da broa
- Parque Infantil Eng.º Leitão
- Jardim Condessa das Canas



- Autocarro de 23 lugares
- Fornecimento de refeições

No entanto, não é demais referir e recordar que no ano de 2014 foram celebrados vários acordos / protocolos de cooperação designadamente:

- ❖ Protocolo com o Instituto da Segurança Social (ISS,IP) no âmbito da RLIS;
- ❖ Protocolo / adenda com o ISS,IP no âmbito das Cantinas Sociais;
- ❖ Acordo de parceria com a Câmara Municipal de Arganil e Centro Paroquial de Coja, visando a colaboração no desenvolvimento do projeto piloto da RLIS;
- ❖ Protocolo com o Agrupamento de Escolas de Arganil destinado ao apoio no âmbito da Terapia da Fala e apoio Psicológico junto dos alunos;
- ❖ Protocolo com o Centro Social de Anseriz visando a colaboração técnica;
- ❖ Protocolo / adenda com o Centro Social e Paroquial do Sarzedo tendo em vista o funcionamento do Programa das Cantinas Sociais;
- ❖ Protocolo / adenda com a Associação Humanitária do Barril do Alva, visando o fornecimento de refeições;
- ❖ Protocolo com a Associação Humanitária do Barril do Alva, no âmbito do desenvolvimento de Contrato Emprego Inserção em espaço agrícola;
- ❖ Protocolo com o Centro Social dos Cepos, visando o funcionamento do programa das Cantinas Sociais.

1.1.8 Secretariado Regional de Coimbra | Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas

Tal como previsto, a Instituição manteve a sua colaboração e apoio junto das estruturas da União das Misericórdias Portuguesas.

Numa primeira instância assegurou colaboração técnica e logística ao Secretariado Regional de Coimbra, disponibilizando o seu Diretor Geral para assessorar esta estrutura, designadamente no apoio às reuniões da Comissão Distrital de acompanhamento dos Protocolos, nas Plataformas Supraconcelhias, na Comunidade Intermunicipal de Coimbra, entre outros.

Por sua vez, e por intermédio do seu Provedor, a Misericórdia colaborou com o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), designadamente na realização de encontro de



trabalhos, em Arganil, da Comissão criada para a preparação da revisão das normas estatutárias na UMP.

1.1.9 Academia Condessa das Canas – Orfeon Maestro Alves Coelho

O projeto de constituição da Academia Condessa das Canas tem tido maior expressão na atividade do Orfeon Maestro Alves Coelho, uma vez que a escola do Paço Grande, espaço privilegiado para o funcionamento desta estrutura se encontra ainda por recuperar, fruto dos constrangimentos económicos que o País atravessa e que tem reflexos na atividade desta Misericórdia.

Não deixando de ser uma prioridade para a Instituição a recuperação desse imóvel, tal apenas será efetuado quando as condições assim o possibilitem e com o recurso, de preferência, aos recursos humanos existentes na própria Misericórdia.

Contudo, há que destacar a atividade do Orfeon que ao longo do ano de 2014 realizou 8 concertos, não só em Arganil, mas especialmente fora do concelho, conforme se poderá verificar na tabela a seguir exposta.

DATA	LOCAL	ÂMBITO
04.01.2014	IG. DE SÃO JOSÉ (COIMBRA)	ENCONTRO DE COROS DA APOSÉNIOR
12.01.2014	IG. MISERICÓRDIA ARGANIL	CONCERTO DE ANO NOVO
12.04.2014	CINE-TEATRO DE GOUVEIA	ENCOMISERICÓRDIAS 2014
13.04.2014	MOSTEIRO DE SEMIDE	COMEMORAÇÃO DO DIA INTERN. MONUMENTOS E SÍTIOS
10.06.2014	IG. MATRIZ GOLEGÃ	V ENCONTRO DE COROS DA MISERICÓRDIA DA GOLEGÃ
31.08.2014	UCCI BOTICAS	INAUGURAÇÃO DE UCCI
27.09.2014	IG. MATRIZ DE CÔJA	COMEMORAÇÃO 500 ANOS FORAL MANUELINO DE CÔJA
17.12.2014	MOSTEIRO DE CELAS (COIMBRA)	ENCONTRO DE COROS DO GRUPO CORAL DOS CTT COIMBRA

Tabela 5: Concertos dados pelo Orfeon



Ainda sobre este assunto e apesar do Orfeon levar já uma existência de cerca de 5 anos o grupo de coralistas tem sido estabilizado, contando com uma média de 30 a 35 elementos.

Atualmente ativos tem 39 colaboradores, distribuídos por 13 sopranos, 9 contraltos, 8 tenores e 8 baixos. Porém, em 2014, 5 coralistas não participaram em qualquer concerto ou tiveram presença residual ou total ausência de ensaios.

Quanto à distribuição por faixas etárias verifica-se que 59% dos coralistas tem mais de 60 anos.

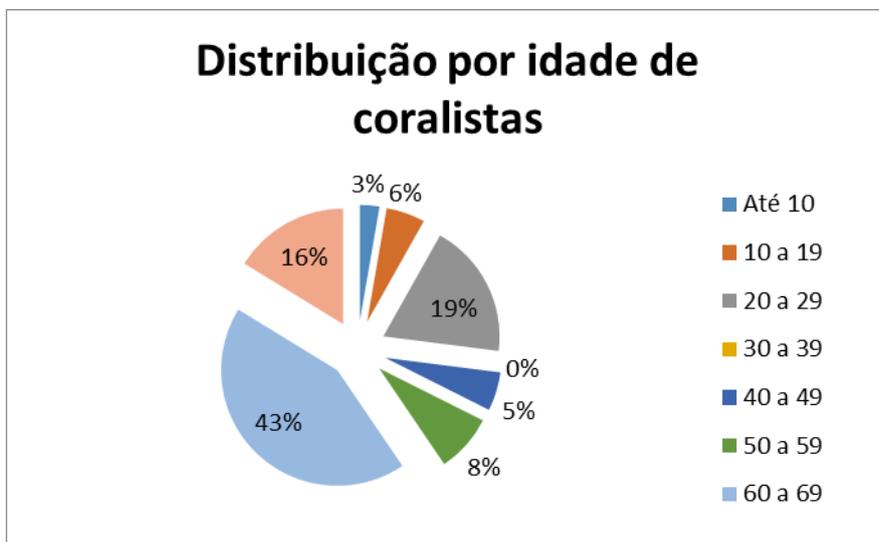


Gráfico 6: Distribuição por faixa etária dos coralistas

1.2 | COMPLEXO SAÚDE

Neste núcleo encontram-se integradas as respostas sociais e os equipamentos vocacionados para a área da saúde, cuja incidência do modelo de funcionamento assenta no âmbito de acordos /protocolos estabelecidos preferencialmente com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro).

Aqui são enquadrados o Hospital Dr. Fernando Valle, unidade de Cuidados continuados Integrados, a Clifiargus, clinica de reabilitação e o Hospital Condessa das Canas.

1.2.1 Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados Integrados



Relativamente a esta resposta social a Misericórdia teve como preocupação a **manutenção dos índices de ocupação**, em face da proximidade e abertura de novas unidades desta natureza no Distrito de Coimbra.

Terminado o ano de 2014 foi possível verificar que a unidade continua a laborar nos moldes normais e sem quebra na sua taxa de ocupação.

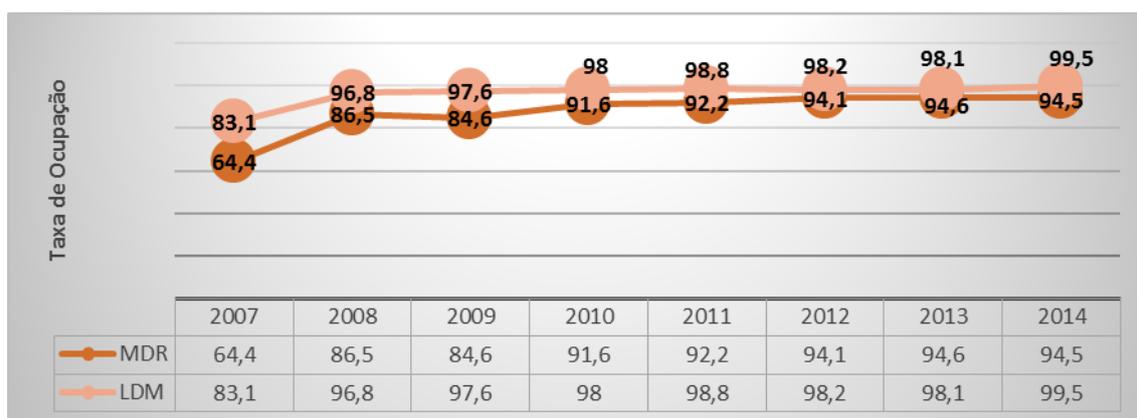


Gráfico 7: evolução da taxa de ocupação ao longo dos últimos 8 anos

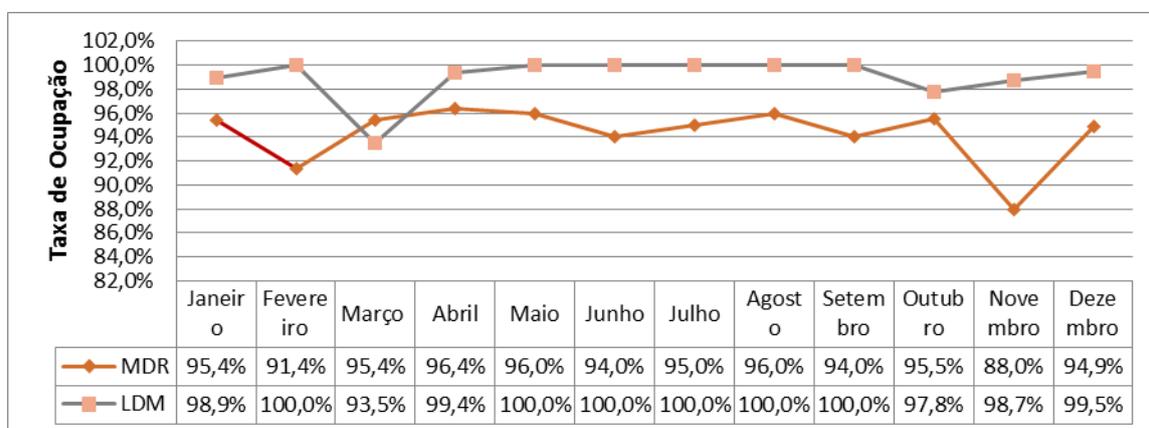


Gráfico 8: taxa de ocupação por tipologia e mês/2014

Assim podemos constatar que na tipologia de internamento de Longa Duração e Manutenção (LDM) o ano de 2014 apresentou uma taxa média de ocupação **de 99,5%**.

Quanto à tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR) o ano fechou com uma taxa anual **de 94,5%**. Em ambos os casos as taxas de ocupação foram sempre superiores a 85%.

Tendo a unidade em causa iniciado a sua atividade a 16 de Julho de 2007, foram já prestados cuidados de saúde e sociais a um total de **441** cidadãos utentes.



Sendo que, **338 na Tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR)** e **103 na Tipologia de Longa Duração e Manutenção (LDM)**.

Em 2014 a UCCI admitiu **51 utentes**, **45 na tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR)** e **6 na tipologia de Longa Duração e Manutenção (LDM)**.

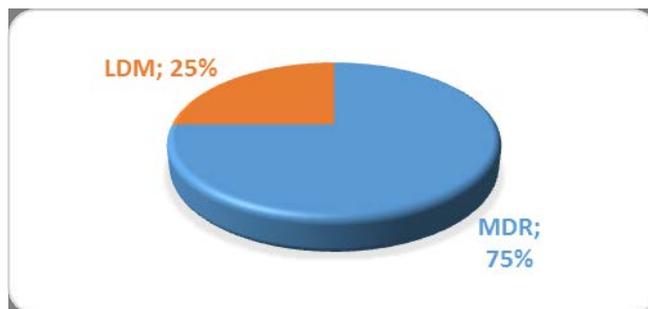


Gráfico 9: peso na distribuição do número de utentes admitidos por tipologia

Como se verifica, o maior número de utentes (entradas/saídas) na unidade corresponde à tipologia de Média Duração e reabilitação (MDR), desde logo pela própria natureza desta. Somando o total de utentes admitidos, assim como os que já se mantinham na estrutura, no ano de 2014 a UCCI prestou apoio a **73 utentes**, dos quais **55 (75%) na tipologia de MDR e 18 (25%) em LDM**, sendo o género dominante o feminino.

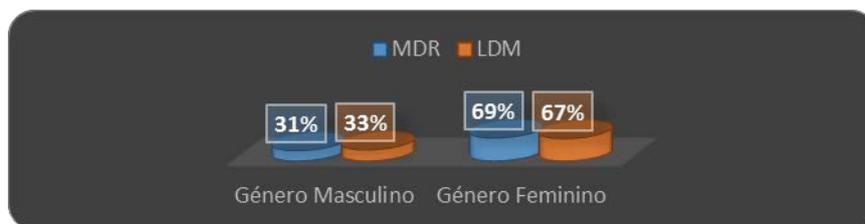


Gráfico 10: distribuição por género os utentes apoiados

Quanto à faixa etária dominante esta situa-se entre os 80 e os 89 anos, sendo os idosos a maioria dos beneficiários deste tipo de Cuidados. A média de idades cifra-se pois nos 80 anos.





Gráfico 11: Percentagem total de utentes apoiados em 2014 na UCCI por Tipologia de Internamento e Faixa Etária

Quanto à naturalidade dos utentes, a quase totalidade corresponde à Região Centro do País, designadamente do Pinhal Interior Norte, com especial enfoque no concelho de Arganil, neste caso 65,5% dos utentes de MDR (acréscimo de 8% face a 2013), enquanto em LDM são 44,4%.

Tais dados levam-nos a concluir que a abertura de unidades ao longo do território, assim como a priorização do critério da residência, conduziu a uma maior aproximação entre o candidato e a sua comunidade.

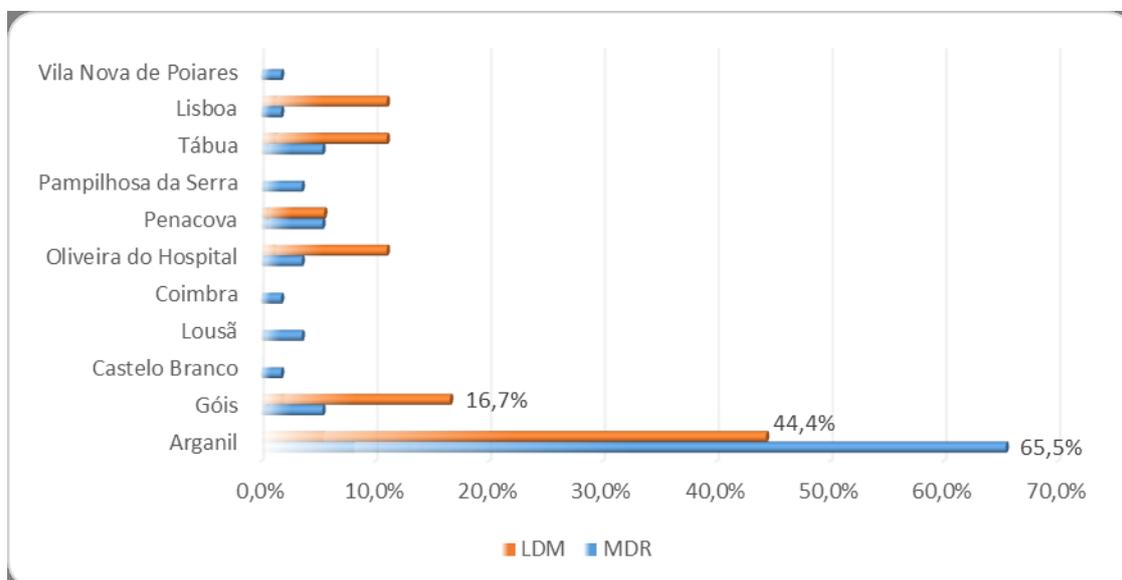


Gráfico 12: Percentagem total de utentes apoiados em 2014 na UCCI por Tipologia de Internamento e concelho de Residência

Outro dado importante e que marcou o ano de 2014 prendeu-se com a **admissão, em regime de estágio profissional, de uma farmacêutica**, o que veio possibilitar uma melhoria dos serviços relacionados com o controle medicamentoso.

De referir ainda sobre esta matéria que a presença da farmacêutica a tempo inteiro possibilitou a **elaboração de um circuito de medicamentos**, o qual foi implantado no Complexo Social e foi remetido para o Grupo Misericórdias Saúde, tendo em vista a sua eventual aplicação na própria UCC.

1.2.2 Hospital Condessa das Canas - Programa Modelar II



Relativamente ao Hospital Condessa das Canas o ano de 2014 **ficou marcado pelo pagamento por parte da ARS-Centro do projeto inerente à candidatura anteriormente apresentada**, o que vem reforçar a pertinência da recuperação do imóvel para integração no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Nesse sentido, a Instituição manteve as diligências necessárias para que o projeto não tivesse caído no esquecimento, o que culminou no reconhecimento das despesas decorrentes dos projetos de arquitetura e especialidades que integraram a candidatura ao programa Modelar II e que culminaram na assinatura de contrato de financiamento com a ARS-Centro, mas cuja execução se encontra dependente da inexistência de verbas disponíveis no âmbito do citado programa.

1.2.3 Clifiargus

Apesar desta estrutura não integrar o núcleo de valências diretamente afetas à atividades da Misericórdia, por norma e hábito tem sido feita a referencia nos Relatórios de Atividades dos respetivos exercícios.

No ano a que reporta o presente relatório a Clifiargus procurou manter a sua prestação de serviço, adequando-a às necessidades da população. No entanto, não foi um ano fácil, pelo que o exercício encerrou com um resultado negativo de dezassete mil, cento e vinte euros e noventa e um cêntimos (17.120,91€), os quais não incorporados como custo para a Misericórdia pois esta entidade tem personalidade jurídica distinta.

1.3| COMPLEXO DESPORTIVO E CULTURAL - EDIFICADO

Ao longo do ano transato a Misericórdia manteve em funcionamento as **piscinas do Complexo “Zé Miguel”**, as quais têm já mais de 20 anos ao serviço da comunidade, sendo uma referência não só para os arganilenses como também para os visitantes desta região.

Atualmente, o concelho conta já com piscinas aquecidas a funcionar na Cerâmica Arganilense, assim como as novas piscinas do Sarzedo que entraram em funcionamento em 2014, a par de outras espalhadas por diversas freguesias, com destaque para as piscinas fluviais, nomeadamente em Pomares.



Apesar da oferta ser hoje maior, as piscinas da Misericórdia continuam a dar resposta, **tendo mantido os níveis de procura, quer pelas instituições, nomeadamente IPSS(s), quer por cidadãos a título individual**, pois este equipamento é distinto dos demais, funcionando apenas no período de Verão.

A este propósito referir ainda a importância deste equipamento para as respostas sociais da própria Misericórdia (CATL, ERPI, CD), revelando-se uma mais-valia no tipo de atividades colocadas ao dispor dos utentes da Instituição no período de maior calor, ao mesmo tempo que acrescenta uma maior vivacidade aos espaços existentes na Misericórdia.

Também a Igreja manteve a sua utilização nos momentos associados às festividades religiosas, nomeadamente aquando da **realização das festas de St.^a Isabel, padroeira das Misericórdias**, sem esquecer que ao longo de todo o ano manteve-se aberta à comunidade.

Outro momento alto associado à Igreja da Misericórdia foi a **celebração da eucaristia por Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes**, aquando da toma de posse dos novos órgãos sociais eleitos para o quadriénio 2015-2018.

De um modo geral a **Instituição manteve o seu património, procurando rentabilizá-lo da melhor forma, nomeadamente através do arrendamento**, procedendo apenas à alienação de um imóvel previamente autorizado pela Assembleia Geral, nos termos definidos pela mesma.

No entanto, duas situações concentraram as atenções da Instituição a questão da Feira do Mont'Alto e o Cineteatro Alves Coelho, **ambas matérias que recolheram a unanimidade nas deliberações tomadas por parte da Mesa Administrativa**, todas elas em defesa dos interesses da Instituição, tendo culminando na apresentação de igual número de ações em tribunal contra a Câmara Municipal de Arganil.

Em relação à Feira do Mont'Alto e uma vez que o tradicional espaço de realização da Feira do Mont'Alto é o terrado da feira no Paço Grande, cuja ocupação nos dias 6,7 e 8 são da responsabilidade da Santa Casa, e sendo o protocolo celebrado em 2011 com a Câmara Municipal de Arganil de natureza temporária, não podia a Instituição deixar de defender a existência desse ónus no futuro.

Por isso, a Instituição procedeu à **contestação judicial, esgotados que foram todas as tentativas realizadas pela Mesa para uma solução consensual, da escritura de usucapião a**



favor da Câmara Municipal de Arganil, uma vez que não foi acautelada a existência de um ónus nos dias já referidos a favor desta Misericórdia.

Quanto ao Cineteatro Alves Coelho a Instituição **procedeu à resolução da escritura de constituição de direito de superfície a favor da Câmara**, celebrada em 20 de Dezembro de 2008, por incumprimento desta, designadamente dos termos e cláusulas constantes do referido documento legal e aprovadas na Assembleia Geral de 31 de Março de 2008, como condições para a efetivação desse direito de superfície.

Apesar disso, a Instituição sempre manifestou disponibilidade para a resolução da situação, desde que fossem acautelados os interesses da Misericórdia, **através da celebração de novo contrato**, uma vez que as premissas previstas na escritura de 2008 não foram cumpridas, nomeadamente os prazos, o projeto e a aplicação das rendas recebidas pela Autarquia no imóvel.

Sobre esta matéria importa apenas apresentar um memorial, para que todos os irmãos sejam conhecedores dos factos em causa e das diligências realizadas:

1. Em 20 de Dezembro de 2008 é celebrada a escritura de direito de superfície a favor do Município de Arganil, por um período de 50 anos com as seguintes cláusulas:
 - a) As rendas resultantes da exploração do café e do restaurante passam a “constituir receita do superficiário (CMA), **que as consignará, exclusivamente à sustentabilidade do edifício**”;
 - b) Pelo menos uma vez por ano o Teatro deverá ser cedido, gratuitamente, à proprietária do imóvel (Misericórdia) para a realização de um evento social;
 - c) O Município “obriga-se a **manter a vocação cultural do edifício, não desvirtuando** o peso histórico que esteve na génese da sua edificação, **por meio de oferta de uma agenda cultural diversificada e regular**”;
 - d) O Município “obriga-se à execução do projeto de recuperação global do Teatro Alves Coelho, **já objeto de pronúncia por parte da Câmara Municipal (aprovado em 2005)** ...num período compreendido entre 2008 e 2013 (IV Quadro Comunitário), **na condição (resolutiva)** de tal projeto ser objeto de financiamento no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional...”;
 - e) O equipamento de projeção de imagem e som, bem como “todas as obras de arte e objetos de interesse histórico existentes no Teatro Alves Coelho, nomeadamente, as pinturas do artista Guilherme Filipe” farão **parte integrante do espólio da Santa Casa.**



2. Receção do ofício da CMA com a ref. s/2862/2014 de 22/04/2014, informando da **intenção de requalificação do teatro de modo faseado por parte da autarquia;**
3. Resposta da Misericórdia com a ref. 126/14 de 14/05/2014, **recordando as cláusulas da escritura de constituição de direito de superfície** e solicitando a confirmação, por escrito, se foi apresentada alguma candidatura no âmbito dos fundos comunitários (QREN) para a recuperação global do teatro, qual o montante das rendas recebidas, indicando a data, natureza, custos e obras efetuadas com as mesmas no referido imóvel, **num prazo de 8 dias;**
4. Na **ausência de resposta atempada ao prazo dado e “considerando” a posição pública tomada pelo Sr. Presidente da CMA na Assembleia Municipal de 14/06/2014,** na qual afirmou não ter sido apresentada qualquer candidatura a fundos comunitários para a execução do projeto de recuperação global do teatro, considerado no clausulado da escritura celebrada em 20/12/2008, **a Misericórdia notificou, com data de 20/06/2014, e após deliberação da Mesa Administrativa em 19/06/2014, a CMA para a devolução do teatro, assim como das rendas recebidas, num prazo de 30 dias, por incumprimento das premissas estabelecidas na escritura de constituição de direito de superfície;**
5. Recebido no dia 20/06/2014 ofício da CMA com a ref. GP/700-10 de 18/06/2014, (ou seja passado mais de um mês da missiva da Misericórdia e após a Assembleia Municipal realizada em 14 de Junho **e já depois da deliberação da Mesa Administrativa da Misericórdia para notificação da CMA)** que comunica “...não ter sido possível...obter até hoje o financiamento desejado para a execução do investimento” no teatro. Na mesma missiva era ainda solicitada “...a clarificação da posição...” da Misericórdia sobre a “...concordância, ou não, do caminho proposto...” pela autarquia.
6. Ofício da Misericórdia com a ref. 228/14 de 30/07/2014 enviado à CMA informando que **“...esgotado e não cumprido ...o prazo” pela autarquia para devolução do imóvel, recheio e rendas do teatro, “serão oportunamente despoletados os meios adequados à defesa dos legítimos direitos e interesses desta Santa Casa da Misericórdia de Arganil.”**
7. Receção de ofício da CMA com a ref. s/5065/2014 de 04/08/2014, aludindo ao (suposto) ofício s/4367/2014 (não recebido na Misericórdia) e “reiterando” a disponibilização de documentos.
8. Ofício resposta da Misericórdia desconhecendo o teor do ofício s/4367/2014 e **recordando que o prazo de 30 dias foi ultrapassado, reforçando que devia ser dado cumprimento à notificação** anteriormente remetida e que “se encontram a decorrer as



diligências necessárias...” “ à defesa legítima dos direitos e interesses desta instituição...”.

9. Receção de ofício da CMA com a ref. s/5155/2014 datado de 11/08/2014 (acompanhado pelo ofício s/4367/2014 de 02/07/2014 e até a essa data nunca recebido na Misericórdia) solicitando cópias das atas da Mesa Administrativa e da Assembleia Geral da Misericórdia sobre decisão de “denúncia do contrato de direito de superfície do teatro Alves Coelho”.
10. Ofício resposta da Misericórdia com a ref. 236/14 de 13/08/2014 considerando **“uma inadmissível ingerência de um ente público” numa instituição particular e informando que a Mesa Administrativa deliberou por unanimidade, proceder à resolução do contrato de constituição de direito de superfície nos termos em que a CMA foi notificada.**
11. Receção de carta da Camara Municipal com a refª S/140/2015, datada de 08/01/2015, **propondo a remodelação do Teatro Alves Coelho até ao final do 3º trimestre de 2017;**
12. Resposta da Misericórdia de Arganil considerando **“a eventual” celebração de novo contrato, sem prejuízo das deliberações já tomadas sobre esta matéria por parte da Mesa Administrativa;**
13. Resposta da Câmara Municipal de Arganil que **considera não existir qualquer situação de incumprimento pelo que, bastará a celebração de adenda à escritura** celebrada em 20/12/2008.

Sobre esta matéria a posição da Mesa Administrativa é clara, tendo manifestando junto da Câmara a disponibilidade para a eventual celebração de um novo contrato, pois os termos da escritura autorizada pela Assembleia Geral não foram respeitados o que conduziu à sua revogação, o que por si impede a celebração de uma adenda.

A Mesa Administrativa continuará assim a pugnar pela defesa dos interesses da Instituição

2 | APRESENTAÇÃO DE CONTAS

Chegados ao segundo ponto do presente Relatório de Atividades importa agora apresentar os dados relativos às contas do exercício de 2014, por meio das quais toda a ação da Instituição foi concretizada.



Contudo, e antes de aprofundarmos esta matéria, deveremos recordar as condicionantes que estiveram presentes ao longo do exercício, designadamente os **constrangimentos económicos** ainda vivenciados junto da comunidade e especialmente junto das famílias dos utentes dos serviços da Misericórdia, o que originou **atrasos nas verbas a receber pela prestação de serviços** e que afetaram a liquidez da Instituição.

No entanto, foram **os atrasos das transferências associadas aos projetos dinamizados pela Instituição, como foi o caso do CLDS e mais recentemente da RLIS**, sem esquecer os atrasos afetos à área da saúde, que **contribuíram significativamente para condicionar a atuação da Misericórdia**.

Felizmente, a continuidade das Empresas de Inserção em 2014 e o aumento das receitas provenientes do programa das cantinas Sociais, sem deixar de referir **a redução de gastos, comparativamente com 2013, possibilitaram a obtenção de um resultado positivo no final do exercício**.

Deste modo, o exercício de 2014 teve um total de receitas de dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos (2.927.546,50€), quanto aos gastos estes totalizaram dois milhões, novecentos e quatro mil, trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos (2.904.375,42€).

Apurada a diferença entre rendimentos e gastos **verificou-se um resultado líquido de vinte e três mil, cento e setenta e um euros e oito cêntimos (23.171,08€)**.

Rendimentos	2 927 546,50
Vendas	9 658,80
Prestação de serviços	1 044 420,08
Trabalho p/ própria Entidade	34 281,77
Subsídios, doações e legados à explora.	1 348 577,21
Aumentos/reduções de justo valor	109 696,86
Outros rendimentos e ganhos	380 008,42
Juros, dividendos e outros rend. Simil.	903,36
Gastos	-2 904 375,42
CMVMC	391 306,37
Fornecimento e Serviço Externos	797 712,35
Gastos com pessoal	1 485 388,66



Gastos de depreciação Amortização	136 728,14
Outros Gastos e perdas	37 368,59
Gastos e perdas de financiamento	55 871,31
Resultado Líquido do Exercício	23 171,08€

Tabela 6: Resumo Rendimentos e Gastos – Resultado Líquido

2.1 Rendimentos

No campo dos rendimentos o exercício encerrou com um total de dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos (2.927.546,50€), conforme já referimos, representando um **crescimento de 10,45%** face ao orçamento gizado para o ano em causa, correspondendo a mais duzentos e setenta sete mil, cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos (277.057,50€).

Este aumento verificado no campo das receitas/rendimentos ficou a dever-se, em parte, ao crescimento da rúbrica dos subsídios, doações e legados à exploração, **cujo aumento foi de 8,6%** face ao estimado, ou seja, mais cento e um mil, setecentos e doze euros e vinte e um cêntimos (101.712,21€), o que por si representa 36,7% do total dos valores de crescimento verificado.

Para tal crescimento contribuiu a continuidades das empresas de inserção que com sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos (62.644,79€) representou 22,6% desse crescimento. Recorde-se que este programa não foi incorporado em orçamento em face da ausência de resposta por parte do IEFP,IP aquando da elaboração do orçamento.

Também o aumento das receitas provenientes das cantinas sociais com mais trinta e mil, oitocentos e quarenta e cinco euros (31.845,00€) representou 11% desse aumento, acrescentando-se o crescimento das verbas provenientes da resposta social de centro de dia que com mais nove mil, dezanove euros e vinte e cinco cêntimos (9.019,25€) correspondeu a 3,1% do aumento verificado.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



Outra das justificações para o crescimento dos rendimentos prendeu-se com a conta 78 correspondente a outros rendimentos e ganhos. Neste caso, salienta-se o **contributo dos serviços prestados pelas empresas de inserção e dos serviços partilhados no seio da própria instituição** que com oitenta e três mil, duzentos e oito euros e setenta e sete cêntimos (83.208,77€) representa 30% do total do crescimento face ao orçamento, isto do lado dos rendimentos.

Recorde-se que as receitas diretas, neste caso subsídios ao pagamento das bolsas /vencimentos dos trabalhadores por parte do IEFP,IP já representavam 22% do total do aumento, considerados na conta 75.

Por último, a conta 77, onde se incluem os rendimentos provenientes das propriedades de investimento, neste caso ganhos por aumento de justo valor, resultantes da reavaliação fiscal do património da Instituição, totalizou cento e nove mil, seiscentos e noventa e seis euros e oitenta e seis cêntimos (109.696,86€), contribuindo para justificar o diferencial do crescimento ocorrido, ponderadas as quebras em outras rúbricas.

CONTAS	RENDIMENTOS	Variação	Orçamento	2014
71	VENDAS	-4,19%	10 081,00	9 658,80
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-3,74%	1 084 973,00	1 044 420,08
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	-3,66%	861 768,00	830 196,92
	UCC	-14,28%	102 430,00	87 802,59
	Fisioterapia	-0,23%	103 237,00	102 997,43
	Outros	33,56%	17 538,00	23 423,14
	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	8,16%	1 246 865,00	1 348 577,21
75	PÚBLICOS		1 246 865,00	
	Centro Distrital da segurança Social	2,80%	813 999,00	836 750,60
	ARS-UCC	-0,85%	422 019,00	418 450,80
	IEFP-Empresas Inserção	n. orça.	0,00	62 644,79
	De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	183,31%	10 847,00	30 731,02
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	-41,63%	58 729,00	34 281,77
77	GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	n. orça.	0,00	109 696,86
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	52,93%	248 491,00	380 008,42
781	Rendimentos Suplementares	288,27%	1 500,00	5 824,12

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	17,27%	118 601,00	139 084,94
788	Outros	83,11%	128 390,00	235 099,36
	Subsídios para o Investimento	0,00%	34 553,00	34 552,62
	(...) Outros	113,72%	93 837,00	200 546,74
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	-33,08%	1 350,00	903,36
Total dos Rendimentos		10,45%	2 650 489,00	2 927 546,50

Tabela7: Resumo Rendimentos do Exercício comparativamente com Orçamento

2.2 Gastos

No campo dos gastos o exercício terminou com um total de dois milhões, novecentos e quatro mil, trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos (2.904.375,42€), como foi atrás referenciado.

Este valor representou um crescimento, face ao orçamento, de mais 9,6%, ou seja, mais duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos (254.344,42€), explicado, desde logo, pelo facto da despesa relativa a encargos com pessoal ter crescido face ao previsto, neste caso mais 7,73%, correspondendo a mais cento e seis mil, seiscentos e nove euros e sessenta e seis cêntimos (106.609,66€).

A justificação desse crescimento adveio da **continuidade das Empresas de Inserção, com a consequente manutenção dos respetivos postos de trabalho e encargos associados**, bem como ao arranque das despesas afetas à constituição da equipa integrada no projeto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) e **à atualização decorrente do salário mínimo nacional que se verificou no decurso de 2014.**

O outro fator que suportou o crescimento da despesa face ao previsto, resultou do aumento da rubrica do fornecimento de serviços externos, muito em parte devido aos custos associados à prestação de serviços pelas empresas de inserção à própria Misericórdia.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



Neste caso e no âmbito da conta 62 (FSE) o aumento foi de 21,07%, ou seja, mais cento e trinta e oito euros, oitocentos e dezanove euros e trinta e cinco cêntimos (138.819,35€), explicando o diferencial para o crescimento do campo dos gastos face ao inicialmente estimado.

Há a ressaltar e a destacar, com bastante pertinência, que comparativamente com o exercício de 2013, foi registada uma diminuição global das despesas em dezanove mil, cento e cinco euros e setenta cêntimos (19.105,70€), neste caso menos 0,65%, com destaque para a diminuição de gastos em praticamente todas as rubricas, com especial incidência nos custos com pessoal que desceram mais de doze mil euros, ou seja, menos 0,83%.

CONTAS	GASTOS	Varição	Orçamento	2014
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONS.	-1,06%	395 488,00	391 306,37
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	0,30%	322 881,00	323 837,16
	Matérias de consumo Outros	-7,08%	72 607,00	67 469,21
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	21,07%	658 893,00	797 712,35
	Subcontratados	-8,39%	144 779,00	132 628,46
	Serviços Especializados	27,76%	159 130,00	203 296,55
	Materiais	20,26%	77 182,00	92 822,01
	Energia e fluidos	-0,97%	193 466,00	191 583,19
	Deslocações, estadas e Transportes	410,58%	701,00	3 579,18
	Serviços Diversos	107,81%	83 635,00	173 802,96
63	GASTOS COM PESSOAL	7,73%	1 378 779,00	1 485 388,66
632	Remunerações do Pessoal	6,35%	1 114 781,00	1 185 529,92
	Remunerações Certas	6,99%	1 042 873,00	1 115 726,26
	Remunerações Adicionais	-2,93%	71 908,00	69 803,66
	Indemnizações	82,47%	4 775,00	8 712,76
635	Encargos sobre Remunerações	8,06%	236 334,00	255 385,42
636	Seguros de acidentes no trabalho	-9,88%	17 837,00	16 074,07
638	Outros Gastos com Pessoal	289,68%	5 052,00	19 686,49
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	320,01%	8 897,00	37 368,59
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO AMORTIZACÃO	-11,79%	155 000,00	136 728,14
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	5,47%	52 974,00	55 871,31
Total dos Gastos		9,60%	2 650 031,00	2 904 375,42



Tabela 12: Resumo gastos do Exercício comparativamente com Orçamento

3 | ANÁLISE FACE AOS OBJECTIVOS TRAÇADOS | CONCLUSÃO

Recordando o Plano de Atividades / Orçamento gizado para 2014 e comparando com as atividades realizadas e o desempenho económico obtido no final do exercício é agora possível avaliar o grau de eficácia no desempenho da Instituição.

Assim, devemos recordar que a Instituição se propôs, em linhas gerais: a tomar as medidas consideradas necessárias às alterações que viessem a decorrer do término de projetos em curso; a encontrar novas formas de atuação no campo da intervenção social; a manter a política de requalificação dos seus espaços; a preservar e a promover o seu património natural e a defender o seu património imóvel; a reforçar a rede de parcerias; a dar continuidade ao processo de formação e qualificação dos seus colaboradores e a desempenhar um papel na promoção cultural.

Ora, analisando o presente documento é já possível determinar que ao longo de 2014 a Misericórdia conseguiu, de um modo geral, **concretizar as metas a que se propunha**.

Exemplo disso foi o reajustamento dos seus recursos humanos, quer à continuidade do programa das Empresas de Inserção, quer ao fim do CLDS, ao mesmo tempo que procurou alternativas com a implementação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), ampliando dessa forma também a sua rede de parcerias e encontrando novas formas de intervir socialmente junto da comunidade.

Simultaneamente, defendeu, o seu património, com especial atenção ao Cine-Teatro Alves Coelho e à Feira do Mont'alto, ao mesmo tempo que assegurou a continuidade do processo de certificação EQUASS para a sua estrutura.



Ampliou o leque de instituições integradas na rede de Cantinas Sociais e alargou o acordo de cooperação com o CDSS-Coimbra sobre esta matéria, colaborando ainda com as estruturas da União das Misericórdias Portuguesas, com especial incidência com os Secretariados Nacional e Regional.

Viu ainda ser reconhecido o valor de alguns dos seus projetos por entidades nacionais, nomeadamente a Cooperativa António Sérgio e o BPI, através da atribuição de prémios, ao mesmo tempo que possibilitou que o Orfeon Maestro Alves Coelho contribuísse para a projeção no País do concelho Arganil e da região da Beira Serra em termos culturais.

Em termos económicos conseguiu ajustar os seus recursos às necessidades que era preciso fazer frente, assegurando o adiantamento de verbas para o funcionamento de várias projetos na expectativa de que o Estado cumprisse com os seus compromissos, sempre numa lógica de manter as respostas adequadas às populações e aos mais desfavorecidos.

Mas tudo isto não foi fácil, pois muitas vezes a Instituição teve que manter-se firme na defesa da sua própria história e da memória de tantos que honraram a Misericórdia e que não podem ser esquecidos.

Por isso o sucesso desta Santa Casa deveu-se a todos os que souberam assumir as suas responsabilidades e não tiveram receio de defender aquilo que é justo, sejam eles Mesários, membros da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal| Definitório, utentes e trabalhadores.

Foi por isso que os irmãos, chamados a eleger os Órgãos Sociais para o quadriénio 2015-2018 não tiveram dúvidas e escolheram uma linha clara de atuação. A defesa dos valores Cristãos e dos Compromissos que jurámos defender, sob o manto e proteção da Senhora das Misericórdias.

O Provedor,

José Dias Coimbra



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de Dezembro de 2014

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Arganil (SCMA)

1.2 - Sede:

Rua Comendador Cruz Pereira

3300-034 Arganil

1.3 - NIPC:

501 157 654

1.4 - Natureza da atividade:

A santa Casa da Misericórdia de Arganil é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na direção Geral da Segurança Social, no livro das “Irmandades da Misericórdia”, fls



64 e 64 verso, sob o n.º 50/82, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 9º do Regulamento aprovado pela Port. Nº 778/83 de 23 de Julho.

Tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico de harmonia com o seu espírito tradicional, enformada pelo princípio da doutrina e moral cristã.

Atua através de um leque de atividades, em particular no desenvolvimento de respostas sociais do âmbito da Segurança Social, nomeadamente de Apoio e Proteção destinadas à prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez;
- b) Apoio à família, crianças e jovens;
- c) Apoio à integração social e comunitária dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento de projetos de vida e das ações de formação inerentes à respetiva preparação para a inclusão social;
- d) Apoio a cidadãos em situação temporária de limitação da capacidade para o trabalho, por força de doença ou acidente.

No entanto, secundariamente a Entidade prossegue outras atividades de carácter complementar e compatíveis com a sua natureza, nomeadamente de promoção e proteção da saúde, como sendo a prestação de cuidados continuados e de reabilitação, bem como o desenvolvimento de respostas e serviços enquadráveis no âmbito da economia social.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com a seguinte legislação:

- Portaria n.º 105/2011 de Março;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março;
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.



De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade mantidos de acordo com a NCRF-ESNL.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

O valor do Ativo não corrente refere-se somente às aquisições de 1981 em diante.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil.

As taxas de depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos	Taxa
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	20,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	6	16,66%

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



As despesas de conservação reparação que não aumentem a vida útil dos ativos que resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.2. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos	Taxa
Ativos intangíveis	5	20,00%

3.1.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, pois existem determinadas propriedades com autorização de alinação pela Assembleia Geral.

As Propriedades de Investimento são mensuradas ao custo. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenção, reparação, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no período a que se referem.

3.1.4 Inventário

Mercadorias e matérias-primas.



As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Sistema de inventário permanente.

3.1.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.1.6. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Cientes e Outras Contas a receber**

As dívidas de clientes/Utentes e Outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Empréstimos**

O Empréstimo é registado no passivo pelo custo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são gerados, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- **Benefícios de Empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de turno, feriados, subsídio de Férias e Natal, abonos de caixa, entre outros.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.



O subsídio de férias é pago em Julho, e o de Natal em Dezembro de cada ano, e reconhecido como gasto no mesmo período.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valores e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantidades relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SCMA.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, ver tabela anexa - Fluxos de caixa.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMA.

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS:

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas e de estimativas, bem como não foram detetados erros que afetem a comparabilidade das demonstrações financeiras.

BALANÇO

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo Inicial (31/12/2013)	Abates	saldo final (31/12/2014)
Ativos Intangíveis	52.348,69	0,00	52.348,69
Depreciações Acumuladas			
Perdas por Imparidade			
Depreciação acumulada	43.104,77	0,00	46.333,54
Ativo Intangível líquido	8.424,74	0,00	6.015,15



7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo Inicial (31/12/2013)	Aquisições	Abates	saldo final (31/12/2014)
Terenos e recursos naturais	16.174,86	0,00		16.174,86
Edifícios e outras Construções	624.304,85	78.815,64	21.240,80	681.879,69
Outras Propriedades de Investimentos	199.883,52	0,00		199.883,52
Bens do Património Hist. e art. e Cultural	101.921,61	0,00		101.921,61
Equipamento Básico	505.022,83	5.575,00		510.597,83
Equipamento de Transporte	297.048,58	0,00		297.048,58
Equipamento Administrativo	282.201,22	0,00		282.201,22
Outros activos tangíveis	4.072.145,51	1.966,86		4.074.112,37
Inves. em Curso- Act. tangíveis	769.702,00	27.544,99		797.246,99
Activo tangível bruto	6.868.404,98	113.902,49	21.240,80	6.961.066,67
Depreciações Acumuladas	2.923.213,95	134.318,55		3.057.532,50
Perdas por Imparidade		0,00		
Depreciação acumulada	2.923.213,95	134.318,55	0,00	3.057.532,50
Activo tangível líquido	3.945.191,03	-41.656,86	0,00	3.903.534,17

A rubrica Propriedades de Investimento teve um incremento derivado ao aumento de justo valor de determinados imóveis, teve-se como base o valor patrimonial que consta nas certidões da AT.

Verificou-se a alineação de um imóvel designado pela letra “F” correspondente ao primeiro andar esquerdo, do prédio urbano, situado na freguesia de Arroios, concelho de Lisboa, inscrito na respetiva matriz sob artigo 880, registado na contabilidade por 21.240,80 dando origem a um abate da mesma importância.

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A entidade optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo de custo. No ano de 2014 verificou-se uma pequena variação (€913.76) derivada do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o Sistema de Inventário permanente.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



A quantidade de inventário como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, detalham-se conforme se segue:

	2014	2013
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
Géneros Alimentares	323.837,16	330.932,36
Outros	67.469,21	67.481,99
Total	391.306,37	398.414,35

	Saldo Inicial	Compras	Saldo Final	Diferença
Géneros Alimentares	7.897,35	323.837,16	5.869,29	2.028,06
Outros	27.191,52	67.469,21	22.012,45	5.179,07
Total	35.088,87	391.306,37	27.881,74	7.207,13

10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica de Clientes e Outras contas a receber da Instituição têm a seguinte composição:

	2014	2013	Diferença
Clientes			
Clientes Gerais	163.542,57	123.996,09	39.546,48
Utentes	148.837,36	161.005,53	-12.168,17
Cobrança Duvidosa	1.209,79	1.209,79	0,00
Total	313.589,72	286.211,41	27.378,31

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, tal como no exercício findo em 2013, não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber.

No entanto, no início do ano de 2015 se existir algum incumprimento dos acordos de assunção de dívida que se encontram devidamente assinados, ira-se reconhecer os respetivos valores de perdas por imparidade ou criar uma previsão, dependendo da situação em causa.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2014 e em 2013 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013	Diferença
Estado e Outros Entes Públicos (ativo)			
Iva - Reembolsos pedidos			0,00

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



Outras	607,75	636,52	-28,77
Total	607,75	636,52	-28,77

	2014	2013	Diferença
Estado e Outros Entes Públicos (passivo)			
Ret. de Imp. Sobre Rendimentos	5.627,26	7.619,42	-1.992,16
Iva - Reembolsos pedidos*	2.619,05	916,46	1.702,59
IVA - A Pagar	303,07	693,11	-390,04
Centro Regional de Seg. Social	29.647,54	42.009,01	-12.361,47
FCT e FGCT	497,14	36,76	460,38
Total	38.694,06	51.274,76	-12.580,70

*O estado efetuou reembolso de IVA do ano de 2012 superior ao pedido o que implica a rubrica se encontrar com um saldo credor.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta valores com alguma relevância, pois encontram-se aqui registados valores inerentes a projetos a decorrer na Instituição, que ainda se aguarda pelo recebimento das verbas.

	2014	2013	Diferença
Outras Contas a Receber			
Pessoal Cauções e outros	6.261,82	18.128,99	-11.867,17
CRSS	150.728,77	150.728,77	0,00
IEFP	16.645,46	17.543,29	-897,83
Porc- Mais Centro	9.375,00	9.375,00	0,00
Clifiargus, Lda	165.170,57	126.192,07	38.978,50
Outros	119.512,70	109.542,40	9.970,30
Total	467.694,32	431.510,52	36.183,80

Verifica-se um aumento em relação ao ano transato provocado pela venda de imóvel, já referida anteriormente, que o referido pagamento está a ser liquidado por tranches, conforme aprovação pela assembleia geral.

13. DIFERIMENTOS

Esta rubrica contempla gastos/Rendimentos a reconhecer que correspondem ao ano de 2015.

	2014	2013	Diferença
Deferimentos (Ativo)			
Seguros	5.970,42	3.218,70	2.751,72
Total	5.970,42	3.218,70	2.751,72

14. CAIXA E DEPÓSITOS BANCARIOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



Descrição	2014	2013	Diferença
Numerário (caixa)	6.272,03	185,05	6.086,98
Depósito à ordem	18.303,23	14.318,47	3.984,76
Depósito a prazo	86.146,12	86.146,12	0,00
Total	110.721,38	100.649,64	10.071,74

15. FUNDOS

Esta rubrica não teve nenhuma alteração.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os Fundos da Instituição, era composto por €1 137 883,88.

16. RESERVAS

No decurso do exercício de 2014 não se registou nenhum movimento nesta rubrica.

17. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

	2014	2013	Diferença
OVFP - Subsídios			
Prémio BPI Seniores 2014	17.852,00		
PIDDAC	1.869,01	1.993,61	-124,60
Instituto Desporto	1.296,89	1.396,65	-99,76
Ministério da Educação	3.192,31	3.391,83	-199,52
Saúde XXI	237.866,16	243.531,40	-5.665,24
IEFP- Empresas de Inserção	7.225,67	7.406,31	-180,64
CDSSC-Mases	200.000,00	200.000,00	0,00
PORC- Mais Centro	123.121,88	135.998,92	-12.877,04
PRODER- PDL	9.089,52	18.186,54	-9.097,02
ISS-CLDS	12.617,60	18.926,40	-6.308,80
ARS-Modelar	37.500,00	37.500,00	0,00
Total	651.631,04	668.331,66	-16.700,62

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Rubrica financiamentos obtidos apresenta um saldo de €930 000.00 (conta empréstimos obtidos na CGD, que pode atingir o montante de €1 000 000.00). Teve um abatimento de €30 000.00 devido à amortização mensal de 2.500.00 euros.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2014	2013	Diferença
Outras Contas a pagar			

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



Fornecedores de Investimentos	30.609,39	42.906,23	-12.296,84
Credores por acréscimos de Gastos*	191.192,54	191.274,43	-81,89
Credores por subscrições não liberadas	6.243,07	6.243,07	0,00
Credores Diversos (IEFP e CH circulação)	156.177,69	96.690,29	59.487,40
Total	384.222,69	337.114,02	47.108,67

* O Valor mais significativo é os gastos com o pessoal (subsídio de férias), que são de 2014 e a entidade vai pagar em 2015.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

20. RÉDITO

O redito reconhecido pela entidade em 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014	2013
VENDAS	9.658,80	10.698,83
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.044.420,08	1.037.827,26
Matrículas e Mensalidades de Utentes	830.196,92	813.743,49
UCC	87.802,59	97.784,31
Fisioterapia	102.997,43	105.073,09
Outros	23.423,14	21.226,37
TRABALHO PARA PRÓPRIA ENTIDADE	34.281,77	31.207,48
SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1.348.577,21	1.399.907,85
Centro Distrital da segurança Social	836.750,60	881.004,75
ARS-UCC	418.450,80	418.675,92
IEFP-Empresas Inserção	62.644,79	60.302,85
De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	30.731,02	39.924,33
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	109.696,86	68.175,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	380.008,42	393.133,75
Rendimentos Suplementares	5.824,12	4.526,20
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	139.084,94	134.092,51
Outros	235.099,36	254.515,04
Subsídios para o Investimento	34.552,62	35.906,80
(...) Outros	200.546,74	218.608,24
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	903,36	433,88
Total	2.927.546,50	2.941.384,05

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 2014 e em 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratados	132.628,46	135.479,41

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



Serviços Especializados	203.296,55	207.297,05
Materiais	92.822,01	82.176,23
Energia e fluidos	191.583,19	201.160,35
Deslocações, estadas e Transportes	3579,18	893,92
Serviços Diversos	173.802,96	176.452,70
Total	797.712,35	803.459,66

22. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal nos exercícios findos em 2013 e em 2014 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações do pessoal	1.185.529,92	1.191.732,88
Encargos sobre Remunerações	255.385,42	250.353,15
Seguros de acidentes no trabalho	16.074,07	17.254,16
Outros Gastos com Pessoal	28.399,25	38.500,06
Total	1.485.388,66	1.497.840,25

23. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÃO DO EXERCÍCIO

	2014	2013	Diferença
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	134.318,55	145.275,47	-10.956,92
Ativos Fixos Intangíveis (nota 6)	2.409,59	2.409,59	0,00
Total	136.728,14	147.685,06	-10.956,92

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço não houve acontecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) À data de 31 de Dezembro de 2014 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

b) À data de 31 de Dezembro de 2014 a Instituição tinha ao serviço 152 trabalhadores, distribuídos pelas várias valências, como se pode verificar nos mapas de resultado por atividades.

c) Nota explicativa da atividade da Entidade:

Conforme relatório de Gestão.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2014



Mesa Administrativa
(Arganil, 12/03/2015)

Conselho Fiscal
(Arganil, 12/03/2015)

Havendo sido lido e aprovado
Fernando Neves Afonso
Abanuel da Costa Pereira

O Técnico Oficial de Contas (T.O.C. n.º 87244)

Alexandre S. C. Santos

Assembleia Geral
(Arganil, 27/03/2015)